



Da articulação em rede à praça pública como espaço de discussão cidadã: entre a Primavera Árabe, o Movimento 15-M na Espanha e o Movimento Passe Livre no Brasil¹

Raquel CABRAL²

Célia M Retz Godoy dos SANTOS³

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

O artigo pretende apresentar uma abordagem crítica e refletir sobre os movimentos anticapitalistas que se iniciaram com a chamada Primavera Árabe em 2010 e que se estenderam através das mídias digitais por todo o planeta, fazendo ressurgir um sentimento de indignação generalizado com relação ao modelo capitalista vigente. Diferentemente de movimentos anteriores desta natureza, a Primavera Árabe estabelece uma nova dinâmica de articulação, na qual as pessoas passaram a utilizar a rede para se organizarem no mundo online, mas reunindo-se presencialmente na praça pública como símbolo e epicentro do debate cidadão. Desta maneira, pretende-se refletir sobre o efeito contágio que estes acontecimentos fizeram surgir no contexto europeu, especialmente na conjuntura espanhola a partir do Movimento 15-M em 2011, e na brasileira com os protestos articulados pelo Movimento Passe Livre, em 2013.

PALAVRAS-CHAVE: mídia cidadã; mídias digitais; espaço público; movimentos sociais anticapitalistas.

Introdução

Refletir sobre fenômenos recentes é, de fato, um desafio. Nada mais dinâmico e mutável que o impacto dos acontecimentos presentes na nossa percepção e compreensão de uma realidade complexa. Algumas vezes assumimos a tendência de supervalorizar o imediato, o atual, e com isso, perdemos o necessário distanciamento que nos permite compreender os fatos, suas causas e desdobramentos que contextualizam e fundamentam suas reais motivações e consequências que constroem nossa história.

Nesse sentido, devemos assumir como princípio fundamental desta reflexão a própria dúvida, e sobre ela estabelecer relações entre a nossa percepção dos acontecimentos ainda

¹ Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Professora Doutora em Comunicação pela Universitat Jaume I (Espanha). Profª Doutora da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) da UNESP/Bauru, e-mail: raquelc@faac.unesp.br

³ Professora Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara. Profª Doutora da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) da UNESP/Bauru, e-mail: celiaretz@faac.unesp.br

recentes, a própria história e os aportes teóricos que propõem uma leitura crítica da realidade. É nesse contexto em que propomos realizar uma reflexão sobre a gênese das manifestações populares anticapitalistas, partindo dos movimentos iniciados com a Primavera Árabe em 2010 e que depois chegaram à Espanha em 2011 e, mais recentemente, no Brasil. Nosso objetivo é situar essas expressões de descontentamento popular no contexto histórico, conhecer suas motivações e refletir sobre o seu impacto no âmbito político, especialmente no que se refere à comunicação pública, entendendo política como espaço de construção de consciências.

Embora Espanha e Brasil se constituam duas realidades socioeconômica, política e cultural distintas, podemos observar como esse movimento de cidadania global vem ganhando dimensão nos espaços públicos especialmente nas redes sociais, imprimindo uma identidade e solidariedade global. Ele também vem criando uma identificação cada vez maior de diversos cidadãos para com a causa anticapitalista. Ao mesmo tempo, vem produzindo sentido para uma grande parte da população insatisfeita com o modelo político-econômico atual, e que quer exercer o seu poder democrático de participação na vida pública e na transformação social do seu país.

A Primavera Árabe: da indignação à ocupação da praça pública

Na realidade, a *Primavera Árabe* se configurou como um conjunto de manifestações de natureza reivindicatória ocorridas em vários países árabes. O despertar do mundo árabe efetivamente tem raízes profundas. Silvio Caccia Bavia, diretor e editor-chefe do *Le Monde Diplomatique* no Brasil, no seu artigo publicado em 17 de agosto de 2011, afirma que há décadas controlada por regimes ditatoriais que reprimem toda forma de manifestação ou expressão de liberdades para favorecer as suas elites, essa região vem sendo palco de inúmeros conflitos, onde o que está realmente em jogo é o controle do petróleo. No entanto, apesar de toda a opressão vivida, foi necessário que algo acontecesse para dar início às revoltas que se multiplicaram por vários países que compõem o bloco de nações árabes.

Primeiramente, na Tunísia, tudo começou em dezembro de 2010 quando um jovem vendedor ambulante ateou fogo em seu próprio corpo para protestar contra o confisco das frutas e vegetais que ele vendia. Cansado dos constantes assédios das autoridades locais que lhe exigiam propina para autorizar uma licença para venda de suas mercadorias, o rapaz desesperado, se suicidou. Rapidamente, esse fato caiu nas redes sociais e gerou grande indignação, inúmeras mobilizações em solidariedade ao jovem, além de outras manifestações

de natureza reivindicatória em todo o país que produziram grande repercussão midiática e pressão política. Esse fato aliado a inúmeros fatores socioeconômicos e políticos levaram ao presidente Ben Ali a renunciar depois de 23 anos no governo. Esse acontecimento ganhou grande dimensão nas redes sociais e na mídia em geral chegando ao Egito. Ali, motivados com o exemplo da Tunísia, o povo egípcio foi às ruas para protestar contra a corrupção e para pedir melhora nas condições de vida dos mais empobrecidos. Depois de três semanas de mobilizações, repressão e grande pressão na mídia, e tendo a Praça de Tahrir como centro das manifestações e enfrentamentos com as forças de repressão, o presidente Hosni Mubarak renunciou depois de uma longa ditadura. Logo veio Bahrein, pequeno Estado do Golfo, onde seu povo vinha sendo governado há mais de 220 anos pela mesma dinastia. Na Praça Perla seu povo perdeu o medo e se manifestou por uma maior representação no seu governo.

Assim como o exemplo da Tunísia, Egito, Bahrein, esse movimento também se estendeu pela Líbia, Síria, Iêmen, Argélia e Jordânia. Como podemos observar pelo desdobramento dos acontecimentos, em muitos destes países as manifestações geraram guerras civis, em outros casos, reformas que buscaram evitar a revolução, e até mesmo situações ainda indefinidas. Diante desse “desabrochar” do mundo árabe, é difícil não estabelecer relações com as motivações que também levaram às manifestações de protesto em alguns países ocidentais, especialmente aqueles que estavam e ainda continuam vivendo graves consequências da crise econômica dentro da comunidade europeia, como Grécia e Espanha.

Há quem estabeleça relações entre as revoltas populares no mundo árabe e as recentes mobilizações na Espanha e na Grécia. Os movimentos sociais também teriam se globalizado. De uma maneira geral estamos vivendo um momento em que novos e vigorosos movimentos sociais estão querendo mudanças. O mundo como ele é, com as instituições e partidos que o governam, não satisfaz mais às maiorias que se puseram em movimento em distintos países. A *Primavera Árabe* precisa ser melhor compreendida, ela traz os germens do *novo*. (CACCIA BAVIA, 2011, s/p.)

Na realidade, diferentemente das manifestações anticapitalistas icônicas anteriores, como em 1993 em Bangalore na Índia, em 1999 na Colonia (Alemanha) e em Seattle (EUA), ou em Gênova (Itália) em 2001, a Primavera Árabe estabelece uma nova dinâmica que inspira uma série de manifestações pelo mundo todo, como o Movimento 15-M na Espanha, o Ocupe Wall Street nos Estados Unidos e até mesmo o Passe Livre no Brasil. O uso das mídias digitais permite que as próprias pessoas que participam das manifestações se articulem, organizem e congreguem um maior número de participantes que se encontram fisicamente na



praça pública. Passam da articulação no mundo virtual para o real, possibilitando uma instantaneidade das informações que ocorrem e são protagonizadas e mediadas pelos próprios manifestantes, destacando o discurso do testemunho.

Los Indignados e as wikiacampadas do Movimento 15-M na Espanha

Durante o ano de 2011 presenciamos o que foi chamado de *Movimiento de Los Indignados* na Espanha, motivado por uma acentuação gravíssima da crise econômica naquele país, que rapidamente produziu o maior índice de desemprego em toda a comunidade europeia e um dos mais altos do planeta. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística Espanhol, em 2013 a porcentagem de desemprego no país atingiu os 27,16% da população. Considerando a população na faixa etária de 25 a 35 anos de idade, aproximadamente 50% desses jovens estão em situação de desemprego, o que produziu a denominação de “*geração perdida*”. Atualmente não há perspectiva de que eles possam ser empregados pelo mercado a curto ou médio prazo. Diante dessa situação e da grave crise política que também sofria o país, milhares de cidadãos foram às ruas para protestar e manifestar sua indignação.

Com isso, podemos contextualizar o Movimento 15-M na Espanha dentro de uma sequência de movimentos de indignação da sociedade civil diante de todo tipo de opressão exercida contra a cidadania global. No caso espanhol, embora exista uma motivação diretamente relacionada com as consequências da crise econômica, junto a ela, outras reivindicações de natureza cidadã encontraram oportunidade de expressão.

Desde 2008, o país vinha sofrendo os efeitos nocivos da grave crise econômica que, no contexto espanhol, estava sendo acentuada pela especulação imobiliária, má política fiscal e descontrole dos bancos. Em 2011, com sérios problemas de desemprego estrutural e conjuntural, sem conseguir gerar empregos, o país se viu diante das Eleições Municipais do dia 22 de maio. Visto como uma oportunidade de mudança do pensamento político no país, alguns coletivos se reuniram e começaram a discutir a possibilidade de manifestar esse descontentamento e sofrimento popular de forma efetiva. Desse modo, surgiu o Movimento “*Democracia Real, já!*” em Madrid, que logo se transformou em uma plataforma na Internet com inúmeros seguidores.

A esse movimento se juntaram outros que buscavam um impacto efetivo na opinião pública, entre eles: o *Movimiento V de Vivienda*, criado por aqueles que lutavam por uma moradia digna e o *Movimiento dos Afetados pela Hipoteca*, que devido às consequências da crise econômica questionavam o sistema espanhol de hipotecas, e o quarto grupo formado por



uma rede de militantes intelectuais radicais, não possuíam líderes orgânicos, se organizavam pela rede e questionavam as incertezas do trabalho na atualidade.

Esses movimentos abraçaram a causa do Manifesto “*Democracia Real, já!*”. Este documento circulou rapidamente pela rede e em várias mídias sociais ganhou repercussão. O texto terminava dizendo: “*É necessária uma Revolução Ética. Colocamos o dinheiro acima do Ser Humano e precisamos colocá-lo ao nosso serviço. Somos pessoas, não produtos do mercado... Por tudo isso, estou indignado. Acredito que posso mudar. Acredito que posso ajudar. Sei que unidos podemos. Vem conosco. É o teu direito!*”

A partir desse momento foi convocada uma manifestação nacional para o dia 15 de maio, que também contou com o apoio das forças sindicais, bastante criticadas durante os últimos anos de governo de esquerda de Rodríguez Zapatero. A convocação foi um sucesso. Milhares de pessoas saíram às ruas em Madrid, Barcelona e nas principais capitais das autonomias. Em Madrid, o espaço público escolhido para acampamento foi a Porta do Sol, que foi tomada durante várias semanas e se transformou em um símbolo do movimento. Aliás, tal como observa Toni Negri (2011): “A tradição do ‘acampar’ foi recepcionada pela luta operária. Isto mostra como a intersecção dos movimentos representa hoje uma passagem essencial na produção das lutas multitudinárias. [...]a tradição das lutas operárias inclui-se no processo e o desenvolve”.

Finalizadas as eleições, o resultado nas urnas demonstrou o descontentamento total do povo espanhol para com os governos municipais socialistas, e a grande abstenção marcou de forma emblemática a ação do movimento. Enfraquecidos e pressionados, o Partido Socialista (PSOE) e seu representante, o Presidente Rodríguez Zapatero, convocaram eleições antecipadas para novembro de 2011. Por maioria, e apesar de considerar-se uma grande abstenção nacional como forma de protesto onde se defende o slogan “*ninguém nos representa*”, se demonstrou a vontade popular de mudança da política de governo. Devolveram o poder ao Partido Popular (PP), de direita, nomeando como Presidente de Governo, Mariano Rajoy.

Apesar do exercício democrático e de toda uma campanha midiática e também no ciberespaço pelo uso do voto responsável, a sociedade espanhola continuou se manifestando mesmo após a mudança de governo. Medidas sérias de recorte de gastos de governo, recortes em todos os setores desde a saúde e educação não foram suficientes para controlar a queda acelerada de criação de empregos. Forçados e pressionados pela União Europeia para

controlar o déficit do país, dada sua vinculação ao euro, recortes e medidas foram tomadas, mas sem conseguir o resultado esperado, o que gerou mais descontentamento popular.

Após as eleições, o movimento se estendeu e se aprofundou. Espanhóis espalhados pelo mundo inteiro passaram a se manifestar diante das suas embaixadas em sinal de solidariedade. O movimento se descentralizou, tomou espaços públicos em bairros, abriu discussão dentro de centros universitários e culturais. Eram criadas assembleias, comissões e subcomissões onde se discutiam vários temas de natureza cidadã. Não havia líderes, todos se representavam por si só. Conforme cita Manuel Castells no seu artigo publicado em 9 de junho de 2011 no Jornal *La Vanguardia* (Barcelona), a articulação do movimento chegou a tal grau que foi possível redigir um documento com as principais reivindicações:

Eliminar os privilégios da classe política; medidas contra o desemprego, incluindo a repartição do trabalho e a recusa ao aumento da idade da reforma, enquanto houver desemprego juvenil; o direito à habitação, incluindo a expropriação de habitações não vendidas para colocá-las no regime de aluguel protegido: serviços públicos de qualidade, incluindo a supressão de gastos inúteis na Administração, contratar pessoal para os setores da saúde e do ensino, transporte público barato e ecológico; controle dos bancos, constituindo uma banca pública sob controle social com as entidades que entrem em falência, devolvendo ao tesouro público o capital público despendido; reforma fiscal, aumentando os impostos sobre as grandes fortunas e os bancos e controlando a fraude fiscal e os movimentos de capitais; liberdades cidadãs e democracia participativa, começando pela abolição da lei Sinde, que restringe a liberdade na Internet; proteção da liberdade de informação e do jornalismo de investigação; modificação da lei eleitoral para acabar com a discriminação política, incluindo a representação dos votos nulo e branco; independência judicial; democracia interna nos partidos políticos; redução da despesa militar. (CASTELLS, 2011, s/p.).

Tal como vemos, são reivindicações concretas, ainda que a utopia imediata de uma vida melhor esteja presente em muitas mentes, como enfatiza Castells. No entanto, a transformação social é vista mais como um processo que como um resultado. É uma nova forma de construir consciências coletivamente e fundamentar os laços da cidadania. Nesse sentido, podemos concordar com Castells (2011) quando observa que:

É uma nova política para sair da crise a caminho de um novo modo de vida construído coletivamente. Um processo lento porque, como diz um cartaz em Barcelona, “*devagar se vai ao longe*”. De modo que aqueles que minimizam as *wikiacampadas*⁴ não entendem a sua profundidade. Poderão

⁴ *Wikiacampadas* – termo criado por Manuel Castells que faz referência aos acampamentos realizados pelos participantes das manifestações iniciadas com o 15-M na Espanha. Muitos desses acampamentos foram realizados em praças públicas a fim de conseguir visibilidade pública. Influenciados pelas lutas operárias de movimentos de trabalhadores, muitos participantes consideravam que o ato de acampar além de ser efetivo, era também simbólico, pois implicava em participação e solidariedade também em defesa dos direitos dos



sair das praças, para voltar periodicamente a elas, mas não sairão das redes sociais e das mentes daqueles que nelas participam. Já não estão sozinhos e perderam o medo. Porque descobriram novas formas de organização, participação e mobilização que saíram dos canais tradicionais, dos quais uma parte da sociedade, e a maioria dos jovens desconfiam. Os partidos e as instituições terão também que aprender a viver com esta sociedade civil emergente. Se não, ir-se-ão esvaziando a partir de dentro à medida que os cidadãos forem passando das *wikiacampadas* a essa democracia em rede, ainda por descobrir numa prática coletiva que tem a sua raiz em cada pessoa.

Partindo dessa análise e olhando para a nossa história recente, especialmente para fenômenos sociais dessa natureza reivindicatória que já ocorreram no passado, podemos reconhecer que na atualidade, e diferentemente de outros momentos históricos, as mídias digitais estão exercendo um papel fundamental na comunicação e meio de articulação desse movimento. Segundo Pazito Brandão (2006, p. 9), se entendemos esse tipo de comunicação de ordem coletiva, como uma estratégia de comunicação da sociedade civil organizada, então podemos identificá-la também como comunicação pública. Portanto, um tipo de comunicação que se constitui como um bem público.

Certamente, ainda estamos vivenciando os desdobramentos desse movimento tão recente, tanto no contexto espanhol como global, pois dada a interdependência dos mercados globalizados, os problemas econômicos e sociais não conhecem fronteiras e atingem a todos os países, mesmo aqueles considerados desenvolvidos.

No contexto brasileiro não ocorre de forma distinta. Em plena ascensão econômica de país emergente, as manifestações iniciadas em 2013 revelam mais um episódio na história das grandes reivindicações do país, que demonstram mais uma vez as profundas desigualdades que ainda oprimem grande parte da nossa sociedade.

As manifestações de protesto em 2013 no Brasil: da Indignação ao Movimento Passe Livre

Embora as manifestações de caráter reivindicatório em relação ao transporte público no Brasil tenham ganhado maior dimensão a partir de junho de 2013, na realidade, elas começaram em agosto de 2012 na Prefeitura de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. Naquela ocasião se anunciou um aumento súbito na passagem de ônibus de vinte centavos. Dois dias depois, duas mil pessoas foram às ruas para protestar, e a manifestação foi duramente reprimida pela polícia. No dia 30 de agosto, os manifestantes indignados voltaram

trabalhadores. Como se constituiu e se organizou substancialmente pelas redes sociais, principalmente através do Twitter e Facebook, Castells criou a denominação *wikiacampadas* para referenciar a sua vinculação à Rede.

às ruas. Depois de muita pressão popular, em setembro, os vereadores revogaram a subida do preço na passagem. Já em 2013, as manifestações começaram em Porto Alegre antes mesmo da subida da passagem. Após o reajuste, em março, alguns manifestantes protocolaram uma ação cautelar que foi aceita pelo juiz Hilbert Maximiliano Obara. Em maio, as manifestações ocorreram em Goiânia onde o reajuste também foi revogado por força judicial.

A partir desse momento, as manifestações de junho de 2013 ocorreram inicialmente na capital de São Paulo. Convocados principalmente através das redes sociais, principalmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), muitos manifestantes foram às ruas para protestar contra o reajuste da passagem do transporte público da grande São Paulo. Como houve repressão policial, a grande mídia passou a noticiar o fato dando destaque para os enfrentamentos entre manifestantes e policiais, enfocando os atos de vandalismo e violência cometidos por alguns participantes. Muitas pessoas se uniram ao movimento que passou a tomar grandes proporções e mais espaço midiático.

Nessa segunda fase dos protestos, as manifestações passaram a ser pacifistas em sua maioria com grande participação pública e cobertura midiática. Deve-se recordar ainda sobre o ato de protesto ocorrido na cerimônia de abertura da Copa das Confederações em Brasília. Junto às reivindicações desse movimento pelo passe livre, também foram anexadas pautas de debate e outros protestos, como a luta contra as PECs 37 e 33, a cura homossexual, o ato médico e os gastos com a Copa das Confederações da FIFA 2013, e Copa do Mundo FIFA 2014, além da Reforma Política. No dia 20 de junho houve uma grande participação popular em mais de vinte cidades brasileiras.

Apesar de que a grande maioria dos protestos tenha seu caráter pacifista, em muitos casos houve enfrentamentos e atos de violência e vandalismo contra prédios e patrimônio públicos, o que foi condenado por muitos participantes. Ao mesmo tempo, em alguns casos houve repressão policial acentuada, o que tem também foi condenado por muitas autoridades públicas. Tal como observado em várias manifestações dessa mesma natureza pelo mundo inteiro, essas expressões conflituosas e ao mesmo tempo contraditórias revelam a necessidade de uma reflexão mais profunda do próprio movimento, além de uma co-construção de consciências coletivas. De fato, tal como Castells (2011) afirmava no caso do contexto espanhol, também no caso brasileiro podemos entender que o processo é mais que um resultado, é uma nova forma de fazer política e construir cidadania. Portanto, é no processo onde cada um se descobre como cidadão.



Tal como reflete Leonardo Boff em artigo publicado no seu blog no dia 08 de julho de 2013:

Está lentamente ficando claro que as massivas manifestações de rua ocorridas nos últimos tempos no Brasil e também pelo mundo afora, expressam mais que reivindicações pontuais, como uma melhor qualidade do transporte urbano, melhor saúde, educação, saneamento, trabalho, segurança e uma repulsa à corrupção e à democracia das alianças sustentada por negociatas. Fermenta algo mais profundo, diria quase inconsciente, mas não menos real: o sentimento de uma ruptura generalizada, de frustração, de decepção, de erosão do sentido da vida política, de angústia e medo face à uma tragédia ecológico-social que se anuncia por todas as partes e que pode pôr em risco o futuro comum da humanidade (BOFF, 2013, s/p).

De fato, como também observa Venício Artur de Lima em artigo publicado no blog *KaosenRed* no dia 27 de junho de 2013, certamente a eclosão desse movimento no Brasil revela um conjunto de insatisfações que vinha sendo reprimido, mas que agora encontrou saída. No entanto, é necessário problematizar uma questão. Cabe refletir sobre o tipo de cobertura que se está dando no país em relação aos atos de protesto. No início deles a reação da grande mídia foi de condenação ao movimento, mas à medida que foi crescendo e tomando grande proporção, ela passou a noticiar alterando a sua avaliação inicial.

Se constataremos que as manifestações foram efetivamente convocadas na sua grande maioria por meio das redes sociais, veremos que se trata de uma plataforma independente da grande mídia. Ao mesmo tempo, se sabe que a grande maioria dos seus participantes são jovens, e que eles se informam principalmente pelas redes sociais e não pela grande mídia. Nesse caso, também podemos observar que esse movimento certamente não contou com o apoio da grande mídia, pelo menos, no que se refere ao seu início.

Por outra parte, outra questão que cabe lembrar como bem enfatiza o mesmo autor, há muito tempo vem sendo construída e consolidada no país uma cultura política que desqualifica permanentemente a própria política e os políticos. Essa desqualificação é praticada principalmente pela grande mídia. E é exatamente nessa cultura que as novas gerações vêm sendo formadas, apesar de não utilizá-la constantemente. Partindo dessa observação, Artur de Lima (2013, s/p.) afirma que:

Independentemente das inúmeras e verdadeiras razões que justificam a expressão democrática de uma insatisfação generalizada por parte de parcela importante da população brasileira, não se pode ignorar o papel da grande mídia na construção dessa cultura política que desqualifica sistematicamente a política e os políticos. E mais importante: não se pode ignorar os riscos potenciais para o regime democrático da prevalência dessa cultura política.



Partindo dessa reflexão, o autor recorda um texto da Prof^a Maria do Carmo Campello de Souza, onde ela refletia sobre a transição para a democracia no Brasil já no final dos anos 80. Vale a pena reproduzir a citação:

Em capítulo com o título "*A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles*", publicado em livro organizado por Alfred Stepan *Democratizando o Brasil* (Paz e Terra, 1988), ela discute, dentre outras, a questão da credibilidade da democracia. Nas rupturas democráticas, afirma ela, as crises econômicas têm menor peso causal do que a presença ou ausência do *system blame* (literalmente, "*culpar o sistema*"), isto é, a avaliação negativa do sistema democrático responsabilizando-o pela situação. (ARTUR DE LIMA, 2013, s/p.)

Essa análise parece ser mais atual que nunca. No seu texto, a autora enfatiza que os esforços da mídia para incrementar o *system blame* é um sério obstáculo à consolidação democrática. Diante desse fato, certamente o futuro desse movimento reivindicatório no Brasil deve ser visto a partir dessas nuances, que na história do sistema democrático brasileiro ganha grande repercussão. A comunicação pública deve, portanto, contribuir para a busca de um ponto ideal entre a fiscalização do poder público e ao mesmo tempo para consolidar nossa democracia.

Assim, diante desse fenômeno social que parece apresentar-se de forma globalizada, cabe também refletir entre outras questões sobre a singularidade tecnológica no âmbito da comunicação pública. Tal como Artur de Lima (2013) problematizou, a busca pela promoção do espaço público passa pelo encontro de um ponto de equilíbrio onde tanto a grande mídia como o poder público possam trabalhar para a construção de uma verdadeira cidadania. Nesse âmbito, as novas mídias, especialmente as redes sociais estão exercendo uma forte presença no contexto da opinião pública, embora os seus efeitos em relação à divulgação e expressão para finalidades de utilidade pública ainda necessitem ser analisados e mais aprofundados. No entanto, não cabe dúvida que diante dessa nova realidade, o exercício do poder democrático vem se transformando no contexto das mídias sociais, passando pela manifestação e debate do espaço virtual para o espaço urbano.

Desse modo, falar em transformação social, principalmente no contexto em que iniciamos nossa reflexão implica em conhecer os atores que formam parte desse cenário. Por um lado, temos a sociedade civil que busca se organizar através de alguns movimentos reivindicatórios dando-lhes nome e identidade, embora muitos grupos ainda não estejam convencidos de sua legitimidade e prefiram se manifestar de forma autônoma e de distintos



modos. Por outro lado, temos as autoridades e representantes políticos que enfrentam uma crise de descontentamento popular e até mesmo uma crise de legitimidade democrática. E entre estes atores, temos outros que interagem no mesmo cenário e participam das decisões e influenciam o debate. Temos a mídia, os profissionais que atuam em vários setores da comunicação, segmentos do empresariado, grupos de interesse e pressão, além de outros setores da sociedade civil que não se incluem no primeiro grupo. Ao mapear toda essa rede de relacionamentos fica evidente a complexidade do debate, além do fato de que se trata de um fenômeno recente, portanto de difícil análise em curto prazo.

No entanto, ao mapear esses relacionamentos, algo fundamental que podemos observar em todo esse movimento da sociedade civil é o próprio ato de mobilização. É evidente que podemos questioná-lo partindo de diversos pontos de vista, seja visualizando-o como um ato de conscientização, seja de manipulação de determinados grupos de interesse, ou até mesmo simplesmente como uma forma de protesto. Algo excepcionalmente interessante é verificar que em alguns casos, embora em um número muito reduzido, alguns participantes dos movimentos não sabem expressar realmente qual é a sua causa ou pelo que está protestando. Algo que Leonardo Boff identificou ao dizer que estamos presenciando um sentimento generalizado de frustração e ruptura profunda, quase inconsciente. Na ação de mobilização de cada um está intrínseco um movimento em direção ao debate no espaço público, de convívio, de participação. Isto está acontecendo nos espaços virtuais das redes sociais e nas ruas de várias cidades do Brasil e do mundo. Esse movimento revela que a sociedade não é e não está passiva. Ela está realmente em movimento. E isso, de fato, assusta aos detentores do poder, já que nada pode ser mais democrático do que a partilha do poder através do debate público como um exercício de cidadania.

Sem dúvida, como já falamos anteriormente, se trata mais de um processo do que propriamente da conquista de um resultado. É no processo que descobrimos a nossa capacidade democrática até para compreender quais as reais necessidades do nosso povo, e as implicações políticas e econômicas que giram em torno dessas necessidades. Daí a importância de recordar o que Artur de Lima mencionou sobre superar a cultura de desqualificação da política e dos políticos do nosso país, algo tão estimulado pela grande mídia já há muitas décadas. Se, de fato, queremos transformar nossas sociedades devemos compreender a essência da própria democracia. Escolher nossos representantes é um ato de consciência, de construção de cidadania, de vigilância, acompanhamento e participação permanente; portanto é muito mais um processo que um resultado nas urnas.



Considerações finais

Diante da reflexão apresentada, é inevitável reconhecer certa emergência do espírito anticapitalista, embora o termo se confunda frequentemente com antiglobalização, que há mais de uma década ecoa sobre nossa história recente. De fato, ao considerar o Movimento 15-M na Espanha muitos analistas chegaram a surpreender-se com o nível de articulação e organização das assembleias que eram e continuam sendo realizadas diariamente no interior das chamadas *acampadas*. Tal como reflete Negri (2011, s/p.): “Este processo decisório constrói uma novidade radical em relação às melhores experiências de movimentos recentes (Seattle, Génova etc), quando as decisões coletivas dificilmente conseguiam associar expressão exata dos comportamentos à urgência do evento, juntar a continuidade com a extensão da iniciativa”. Por outra parte, como também reforça Antentas e Vivas (2011, s/p.):

O 15 de maio (15M) e as "acampadas" são autênticas "lutas fundacionais" e sintomas claros de que assistimos a uma mudança de ciclo e que o vento da rebelião sopra de novo. Por fim. Uma verdadeira "geração Tahrir" emerge, como antes fez uma "geração Seattle" ou "geração Génova". À medida que o impulso "antiglobalizador" foi correndo o planeta, seguindo as Cúpulas oficiais em Washington, Praga, Quebeque, Goteborg, Génova ou Barcelona, milhões de pessoas sentiram-se identificadas com estes protestos e uma grande diversidade de coletivos de todo o planeta tiveram a sensação de formar parte de um mesmo movimento, do mesmo "povo", o "povo de Seattle" o de "Génova", de compartilhar objetivos comuns e sentir-se participante de uma mesma luta

Partindo dessas experiências profundas articuladas no interior de processos de decisão democráticos, certamente podemos reconhecer que estamos diante de um movimento dinâmico e que está produzindo um efeito contágio. As manifestações no Brasil respondem a essa dinâmica global, tendo como epicentro profundamente simbólico, a praça pública constituída como espaço público de decisão, de discussão cidadã. Nada mais emblemático que a Praça de Tahrir no Cairo e as Praças das cidades do mundo inteiro como espaços de diálogo organizado, articulado, pacifista e democrático. É na praça, seja ela física, no ciberespaço, ou simbolicamente nas urnas, onde encontramos uma brecha para rediscutir a sociedade que queremos construir e onde descobrimos nossas responsabilidades na co-construção de uma sociedade justa e solidaria.



Referências

ANTENTAS, JOSEP MARIA E VIVAS, ESTHER. **A rebeli@o dos Indignad@s. Notas a partir da Praça Tahrir de Barcelona**, Portal Esquerda.Net publicado em 09 jun 2011. Disponível em:

<http://www.esquerda.net/dossier/rebeli%C3%A3o-ds-indignads-notas-partir-da-pra%C3%A7a-tahrir-de-barcelona> Acessado em 02 jul 2013.

ARTUR DE LIMA, VENÍCIO. **Brasil: as manifestações de junho e a mídia**, Blog Kaos en la Red, publicado em 27 jun 2013. Disponível em: <http://kaosenlared.net/america-latina/item/61510-brasil-as-manifesta%C3%A7%C3%B5es-de-junho-e-am%C3%ADdia.html> Acessado em 02 jul 2013.

BOFF, LEONARDO. **Erosão do sentido da vida e manifestações de rua**, Blog LeonardoBoff.com, publicado em 08 jul 2013. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2013/07/08/2028/> Acessado em 10 jul 2013.

CASTELLS, MANUEL. **Wikiacampadas**, Portal Esquerda.Net, publicado em 09 jun 2011. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/wikiacampadas> Acessado em 21 maio 2013.

CACCIA BAVIA, SILVIO. **Primavera Árabe**, *Le Monde Diplomatique Brasil*, publicado em 17 ago 2011. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_editorial.php?id=6 Acessado em 10 jul 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE ESPAÑA. Disponível em: <http://www.ine.es/> Acessado em 12 jul 2013.

MOVIMIENTO 15-M. LOS INDIGNADOS. Disponível em: <http://www.movimiento-15m.com/> Acessado em 15 jun 2013.

NEGRI, ANTONI. **Apontamentos sobre a Espanha rebelde**, Portal Esquerda.Net, publicado em 09 jun 2011. Disponível em: <http://www.esquerda.net/dossier/apontamentos-sobre-espanha-rebelde> Acessado em 10 jul 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) (2013): **Informe sobre el Trabajo em Mundo 2013. Resumen de España**. Instituto Internacional de Estudios Laborales. Publicado em 03 jun 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_214485.pdf Acessado em 02 jul 2013.

PAZITO BRANDÃO, ELIZABETH. **Usos e Significados do conceito de Comunicação Pública**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa *Relações Públicas e Comunicação organizacional* do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf> Acessado em 14 set 2012.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS. Disponível em: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=480:movimento-15m-na-espanha- Acessado em 23 jun 2013.

PLATAFORMA MOVIMIENTO 15-M. Disponível em: <http://madrid.tomalaplaza.net/> Acessado em 15 jun 2013.